

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



**A LINHA DE COR NO SISTEMA INTERNACIONAL:
UMA ANÁLISE DOS CONFLITOS PROMOVIDOS NAS FILIPINAS PELA
ESPANHA E ESTADOS UNIDOS**

MARIA EDUARDA LOPES DA SILVA SANTOS

ORIENTADORA: MARTA FERNÁNDEZ

RIO DE JANEIRO

2022.2



MARIA EDUARDA LOPES DA SILVA SANTOS

**A LINHA DE COR NO SISTEMA INTERNACIONAL:
UMA ANÁLISE DOS CONFLITOS PROMOVIDOS NAS FILIPINAS
PELA ESPANHA E ESTADOS UNIDOS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

ORIENTADORA: MARTA FERNÁNDEZ

RIO DE JANEIRO

2022.2

“ Is not the world wide enough for two colors, for many little shinings of the sun? Why, then, devour your own vitals if I answer even as proudly, ‘I am black!’ ”

W. E. B. Du Bois

AGRADECIMENTOS

Não poderia deixar de começar os agradecimentos, senão pela minha família e em especial à minha mãe. Agradeço em primeiro lugar a Deus que vem guardando minha vida acadêmica antes mesmo da minha entrada na PUC-Rio, me protegendo e capacitando a todo momento, sendo meu fiel companheiro. Mas, sem dúvidas, devo a minha formação à mulher mais importante da minha vida, que sempre foi a primeira a acreditar nos meus sonhos e fazer de tudo para que eu os realizasse. Solange é exemplo de força, coragem, amor e sacrifício. À ela tudo dedico. Agradeço ao meu pai por sempre incentivar meus estudos e a meu irmão por nos manter unidos.

A PUC, além de ser o lugar que possibilitou minha formação, também foi o lugar onde tive amplo acolhimento. Agradeço à Fernanda Capobianco, do PSICOM, por todas as orientações e acolhimentos. Obrigada por me fazer enxergar o melhor em mim. Agradeço à Cláudia Oliveira, do CCESP, pela orientação profissional em uma área tão vasta, mas agradeço também pelo cuidado que teve ao realizar o processo. Agradeço a Meg Mesquita, do NOAP, pelas oficinas de escrita e leitura, que me possibilitaram conhecer um novo mundo, e por toda troca na sala. E com muita gratidão, agradeço ao FESP, que contribuiu para a minha permanência na faculdade ao longo dos quatros últimos anos.

Apesar da formação ter sido marcada por diversos fatores exógenos, tal como a pandemia de covid-19, agradeço as pessoas que deixaram todo esse período mais leve. Agradeço aos colegas de turma que dividiram as dificuldades, alegrias e desesperos. Com destaque para Nathan, Beatriz, Bianca e Sophia. Agradeço a PUC por ter proporcionado a troca com alunos de outras instituições, o que possibilitou meu encontro com amigos muitíssimo estimados, Vitória Dell Aringa e Caíque Trancoso, da Universidade de São Paulo. Em especial, agradeço a um dos melhores presentes que ganhei na graduação, Julianne. Ju, obrigada por ter sido fonte de sabedoria espiritual e acadêmica. Agradeço pela sua infinita generosidade e acolhimento. Sem dúvidas, sua companhia constante e solidária tornou a minha formação mais leve e divertida.

De igual modo, não poderia deixar de agradecer aos professores do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio. Todos, à sua maneira, contribuíram para a profissional e pessoa que me tornei. Mas devo um agradecimento especial a quatro grandes mulheres que foram fontes constantes de inspiração para mim. Gostaria de agradecer à prof^a. Ana Garcia. Sem dúvidas devo grande parte das minhas habilidades de pesquisa a essa professora tão cheia de garra e dedicada. Obrigada Ana, por confiar no meu trabalho e extrapolar nossa pesquisa de iniciação científica de um ano para três grandes projetos que tive o prazer de fazer parte.

Agradeço a prof^a Maíra Siman, por toda orientação para a elaboração do TCC e pela ampla troca temática que tivemos. Mas, sem dúvidas, muito obrigada por ampliar a minha perspectiva quanto aos estudos sobre operações de paz, apesar de não ter sido o tema escolhido para o presente trabalho, nossas discussões contribuíram imensamente para o meu olhar crítico. À prof^a Carolina Salgado, eu não encontro palavras para expressar meu agradecimento. Carol, eu te levo para vida e te agradeço por todas as trocas que tivemos dentro e fora da sala de aula. Mas, sobretudo, te agradeço por ter despertado a internacionalista que habita em mim. Por fim, agradeço a prof^a Marta Fernández, minha querida orientadora. Marta, obrigada por ter topado a elaboração deste projeto comigo em um curto tempo. Obrigada, pelas orientações, pelo acolhimento e por todas as vezes que me lembrou de acreditar em mim mesma.

Por fim, quando olho para essa trajetória percebo quantas pessoas especiais tive o prazer de encontrar e reencontrar, o quanto a minha formação acadêmica fortaleceu laços e o quanto possibilitou a construção de novos. Nesse sentido, agradeço pelo apoio de pessoas que foram cruciais durante esse percurso: Jimmy Anthony, por sempre acreditar em mim e seguir me apoiando e aconselhando nos momentos mais importantes da minha vida. Agradeço à sua família, que em pouco tempo se tornou minha. Tereza e Angella, vocês são eternas no meu coração. Agradeço a Alexandre, que seguiu sendo meu sustento e entendeu todas as abdições que tive que fazer em nome da minha formação acadêmica. Obrigada! Agradeço a vocês pelo conforto quando eu chorei, pelos gritos quando eu triunfei e pelo fato de existir em minha vida, eu agradeço muito.

Sou grata por tudo que essa trajetória me proporcionou e percebo escrevendo essa última parte do trabalho, o quanto pude crescer ao lado de pessoas tão especiais e que admiro. Só posso agradecer a Deus por ter me proporcionado toda essa experiência.

RESUMO

A premissa amplamente aceita pelo *mainstream* das Relações Internacionais nos diz que o sistema internacional é conflituoso por ser anárquico. A partir de lentes e conceitos pós-coloniais mobilizados por Du Bois, Cesáire, Fanon e Said, o presente trabalho argumenta que o conflito não é uma consequência natural da anarquia, mas fruto de uma construção hierárquica e racista do internacional. A “linha de cor” (Du Bois) que, nos termos de Frantz Fanon, divide o mundo entre a “zona dos não seres” e a “zona dos seres” é deliberadamente e cotidianamente construída por estes últimos para a manutenção dos seus privilégios. A fim de mostrar a operacionalização desta linha de cor, o trabalho analisará o caso dos projetos coloniais promovidos pela Espanha e pelos Estados Unidos nas Ilhas das Filipinas por quase 500 anos. A contra-insurgência é entendida como uma das ferramentas utilizadas para dar continuidade a este projeto colonial em território filipino na contemporaneidade. A soma de tais movimentos analíticos permite validar o argumento de que o sistema internacional foi criado a partir de práticas coloniais e perspectivas racistas.

Palavras-chave: Guerra nas Filipinas; Estados Unidos; pós-colonialismo; linha de cor; contra-insurgência; sistema internacional e Relações Internacionais.

ABSTRACT

The widely accepted premise of the International Relations mainstream tells us that the international system is conflictual because it is anarchical. From postcolonial lenses and concepts mobilized by Du Bois, Cesáire, Fanon and Said, this paper argues that conflict is not a natural consequence of anarchy, but the result of a hierarchical and racist construction of the international. The "color line" (Du Bois) that, in Frantz Fanon's terms, divides the world between the "zone of non-beings" and the "zone of beings" is deliberately and daily constructed by the latter for the maintenance of their privileges. In order to show the operationalization of this color line, the paper will analyze the case of the colonial projects promoted by Spain and the United States in the Philippine Islands for almost 500 years. Counter-insurgency is understood as one of the tools used to continue this colonial project in Philippine territory in contemporary times. The sum of such analytical moves allows us to validate the argument that the international system was created out of colonial practices and racist perspectives.

Keywords: War in the Philippines; United States, post-colonialism; color line; counter-insurgency; international system and International Relations.

SUMÁRIO

LISTA DE MAPAS	9
INTRODUÇÃO	10
A TEORIA PÓS-COLONIAL E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	11
A PARTICIPAÇÃO DA DISCIPLINA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO SILENCIAMENTO DO PROJETO COLONIAL	13
CÂNONES DA TEORIA PÓS-COLONIAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O INTERNACIONAL	Erro! Indicador não definido.5
AS FILIPINAS COMO PROJETO COLONIAL	24
AS ILHAS DAS FILIPINAS E O SEU CONTEXTO HISTÓRICO	25
PERÍODO REVOLUCIONÁRIO FILIPINO DURANTE A COLONIZAÇÃO ESPANHOLA	28
A TUTELA DOS FILIPINOS PELOS ESTADOS UNIDOS	29
O RETORNO DOS NORTE-AMERICANOS APÓS A INDEPENDÊNCIA FILIPINAS	33
A TEORIA PÓS-COLONIAL E O CASO DAS FILIPINAS	34
OS CONCEITOS DOS CÂNONES APLICADOS NO CASO DAS FILIPINAS	34
A CONTRIBUIÇÃO DE DOTY À PERSPECTIVA DAS FILIPINAS COMO PROJETO COLONIAL	Erro! Indicador não definido.7
CONCLUSÃO	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Mapa das Ilhas Filipinas _____23

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a disciplina de Relações Internacionais, sobretudo os que dizem respeito à construção do sistema internacional e a epistemologia dos conflitos, carecem de uma lente teórica crucial para a compreensão da era contemporânea, uma lente incessantemente descartada: a racial. Quando se introduz o conceito de raça como lente analítica aos grandes acontecimentos da era moderna percebe-se o quanto enraizado é o racismo na construção do mundo que observamos hoje.

Uma teoria que faz o esforço de analisar as relações internacionais por meio da raça é a pós-colonial, que é mobilizada aqui para reexaminar as concepções dominantes sobre a organização e a lógica do sistema internacional. A teoria pós-colonial fundiu autores/as de diferentes orientações e áreas de pesquisas por meio da hipótese de que há um encontro colonial na produção do internacional moderno e que este foi crucial para o estabelecimento das relações interpessoais e interestatais que temos hoje.

Apesar da sua centralidade para a análise da constituição do internacional moderno, o pós-colonialismo ainda não é uma teoria consolidada e validada pelas Relações Internacionais, tal como é o realismo e o liberalismo. Muitas das discussões levantadas pelos pós-coloniais ainda são vistas como marginais ou estranhas às Relações Internacionais e como mais afeitas às outras áreas das ciências sociais.

A luz dessas considerações, o presente trabalho tem por objetivo contribuir para o alargamento da produção de conhecimento no campo das Relações Internacionais, discorrendo sobre a teoria pós-colonial e chamando a atenção para a centralidade dos estudos da raça e racismo para o entendimento dos conflitos e políticas externas dos Estados.

Para tanto, essa pesquisa lançará mão de três movimentos analíticos principais: inicialmente, uma análise (no primeiro capítulo) sobre as contribuições das perspectivas pós-coloniais para a disciplina de Relações Internacionais. O segundo movimento será a análise do contexto histórico de um país colonizado, que servirá como estudo de caso para esse trabalho de conclusão de curso. O contexto histórico a ser trabalhado no segundo capítulo é o das Filipinas, um país que foi colonizado desde o século XVI até meados do século XX. Para tanto, analisaremos três grandes momentos da história filipina: colonização espanhola, levante revolucionário e colonização norte-americana. O terceiro movimento será o de articular a teoria pós-colonial com o estudo de caso das Filipinas. O objetivo neste capítulo é o de evidenciar o seguinte argumento: “Há uma linha de cor no sistema internacional, a qual foi

constituída por meio de práticas violentas coloniais”. Nesse sentido, este último movimento buscará elucidar o papel das práticas coloniais para a construção do sistema internacional vigente e para o estabelecimento das relações internacionais contemporâneas.

Por meio desses três movimentos será possível validar que o sistema contemporâneo é constituído por práticas racializadas que beneficiam alguns poucos em detrimento da exploração de outros tantos e que a falta de interesse em validar a teoria pós-colonial como parte da disciplina advém da própria lógica constitutiva que funda o sistema. A marginalização das perspectivas pós-coloniais e das questões de raça e racismo na disciplina serve ao propósito de ocultar suas fundações violentas e racistas. O trabalho utiliza de uma conceituação ampla do que é racismo, embasada na perspectiva desenvolvida por Ramón Grosfoguel de que:

“O racismo é uma hierarquia global de superioridade e inferioridade na linha do humano que tem sido produzida e reproduzida política, cultural e economicamente durante séculos pelas instituições do sistema capitalista/patriarcal moderno/colonial/centrado no ocidente/cristão”
(GROSGOUEL, 2016, p. 10)

A presente definição permite a concepção de diversas formas de racismo e o enquadramento de diversos marcadores raciais, que ultrapassam a cor, tais como: etnia, língua, cultura e/ou religião. Desse modo, esperamos que o trabalho ajude a visibilizar essas fundações ocultas da disciplina, firmadas no racismo, de modo a contribuir para interromper as práticas e teorias que retroalimentam as condições tidas como inerentes e naturais ao sistema, como é o caso da anarquia internacional.

1

A TEORIA PÓS-COLONIAL E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Um relevante, mas ainda incipiente, esforço tem sido realizado nas últimas décadas para iluminar a etiologia das Relações Internacionais (RI), um esforço que tem por objetivo demonstrar que não é possível examinar o domínio do internacional sem levar em consideração o papel crucial que o colonialismo e os processos de racialização desempenharam e continuam desempenhando na constituição do sistema internacional. Esse intrincamento é estudado no âmbito das perspectivas pós-coloniais e decoloniais que lidam

com a história e os legados do colonialismo na política global e seus efeitos nas hierarquias raciais contemporâneas (SAJED, 2021). A hipótese de que elementos raciais são constitutivos das relações internacionais é evidenciado pela própria construção do que conhecemos hoje como internacional. É nesse sentido que muitos autores/as, tal como Alina Sajed (2021), consideram que a teoria das RI falharam em analisar satisfatoriamente as estruturas e dinâmicas de poder do seu principal objeto de estudo, o ambiente internacional, uma vez que a própria designação de “internacional” da disciplina sugere um espaço mais amplo no qual uma ampla variedade de sociedades e modos de vida deveria ser incluída, mas que na verdade não é.

Argumenta-se, portanto, que a disciplina excluiu consistentemente dois terços da humanidade do âmbito das relações internacionais, o que fica evidente quando se analisa seu foco seletivo no mundo ocidental amplamente conhecido: Europa Ocidental, América do Norte, Austrália e, ocasionalmente, Japão, ignorando ou sem prestar sérias considerações aos processos na América Latina, África, Ásia e até mesmo nos Balcãs. É nesse sentido que as teorias de RI falharam em mapear importantes aspectos do sistema mundial.

Grande parte da disciplina de Relações Internacionais considera o Estado como principal unidade de análise. De fato, o *mainstream* da disciplina pode ser traduzido pela ampla percepção de que as relações internacionais são, em suma, formadas pela relação entre Estados. No entanto, muitos autores/as vão na contramão dessa perspectiva, argumentando que as relações internacionais podem e são constituídas pela relação de uma diversidade de atores - como por exemplo: indivíduos, instituições e organizações. Para além disso, o *mainstream* é considerado ineficiente, pois para além das relações internacionais não serem exclusivamente constituídas por Estados, grande parte das teorias da disciplina, tanto realistas como liberais, utiliza-se do argumento da existência da anarquia no sistema internacional, o que ironicamente acaba por naturalizar a hierarquia como um fato internacional consumado ao esboçar um sistema internacional anárquico e competitivo onde apenas os mais fortes sobreviverão e prosperarão (SAJED, 2021, p. 61).

Como destaca Errol Henderson esta perspectiva dominante que representa o sistema internacional como anárquico não é racialmente neutra. Segundo Henderson: “Noções de anarquia de teses de contrato social são baseadas em um dualismo racista que dicotomiza a humanidade e as relações de Estados compostos por diferentes povos” (SAJED *apud* HENDERSON, 2013, p.71-72). Sajed aponta pelo menos três implicações deste argumento:

“(1) the discipline weaves a story about self-interested competition among states in the international realm; (2) such a story rests on deeply racist assumptions about states (usually Western/European) that are ‘naturally’ superior, civilized and strong vis-à-vis the rest of humanity (non-Western/non-white states); and (3) this story leads to the assumption that some states are thus ‘naturally’ justified in dominating and exploiting the system.” (SAJED, 2021, p. 61)

Desse modo, quando se tem o imperialismo e a dominação colonial como aparato principal para a construção de Estados, quase exclusivamente para o fortalecimento dos Estados do Norte global (expressão que será trabalhada nas próximas seções) é preciso que levemos em consideração o papel da raça nas RI. E movimentos recentes das teorias pós-coloniais na disciplina vêm buscando realizar esta análise com o objetivo duplo de tornar visível o papel do colonialismo e do império no estabelecimento do sistema estatal moderno; e destacar as raízes imperiais e coloniais na disciplina de RI. A teoria considera, portanto, que a história do sistema mundial moderno surgiu a partir da premissa de que a experiência colonial moldou e continua a moldar a política mundial de maneiras fundamentais (MANJAPRA, 2020 *apud* SAJED, 2021). A exemplo deste argumento, não se pode desconsiderar o tráfico transatlântico de escravizados, que ocorreu entre os séculos XVI e XIX, para a construção do mundo moderno e da psique do sujeito escravizado e seus descendentes. A descolonização requer, portanto, o entendimento de um processo de longo prazo de ocupação territorial e administração colonial e seus efeitos: sistêmico, cultural, intelectual, psíquico e social.

1.1

A PARTICIPAÇÃO DA DISCIPLINA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO SILENCIAMENTO DO PROJETO COLONIAL

A seção anterior tratou sobre o apagamento das práticas coloniais presentes no sistema internacional e em suas relações. No entanto, um ponto importante que deve ser levado em consideração -foco da presente seção- é o papel da própria disciplina neste apagamento. Há um recente movimento que vem buscando elucidar a cumplicidade das Relações Internacionais com o projeto colonial. Marta Fernández (2019) retoma um conceito já trabalhado na sociologia, o epistemicídio. O termo foi cunhado pelo sociólogo português Boaventura Souza Santos, que define epistemicídio como “(...) um processo, levado a cabo

nos últimos cinco séculos, de supressão de conhecimentos locais nas ‘sociedades e sociabilidades coloniais’” (SANTOS, 2018 *apud* FERNÁNDEZ, 2019). Fernández (2009) mostra como as Relações Internacionais participam desse processo de epistemicídio por meio do qual, conforme aponta Santos, uma imensa riqueza de experiências cognitivas é perdida.

Este processo de epistemicídio opera reproduzindo injustiças sociais por meio da colonização das mentes. As narrativas e discursos que circulam nas Relações Internacionais, possuem um papel fundamental para o funcionamento deste processo. Muitos autores/as argumentam que a disciplina de Relações Internacionais acaba por desconsiderar outras formas de vida e de mundo principalmente no que diz respeito à construção do que é o internacional e de sua natureza. Construído à luz dos interesses e visões de mundo do Ocidente, o internacional reduz a pluralidade de povos e saberes que compõem o mundo. Um exemplo disto é a marginalização dos indígenas - povos originários - e a correlata valorização de outros povos, principalmente europeus, sempre colocados à frente do tempo. Os primeiros sendo narrados como atrasados e os segundos como desenvolvidos.

Uma questão importante por trás dessa construção discursiva que fundamenta esse processo de colonização das mentes, alimentando e reforçando o epistemicídio é o caráter racial presente na reprodução destas perspectivas consideradas *mainstream* na disciplina. Tocando no cerne da discussão sobre a disciplina e inspirada por Walker, Fernández (2019) argumenta que as teorias das Relações Internacionais condicionam a ontologia do político uma vez que disciplina o pensar sobre a anarquia internacional como contraposta a algo mais autêntico e político, a saber: o Estado, entendido como o ambiente propício para a desenvolvimento do progresso e da cultura. Isto acaba nos levando a crer que todas as comunidades que atuam de maneira oposta a este modo de vida são falidas, frágeis ou disfuncionais (FERNÁNDEZ, 2019, p. 466). Este discurso que apresenta um único caminho - de raiz europeia - para o pleno funcionamento do sistema acaba por silenciar outras realidades possíveis que operam a partir de outra perspectiva que não a branca.

Diante dessa construção racista do mundo, autores como Fernández (2019) fazem o exercício de reimaginar o mundo a partir de outras ontologias e perspectivas, trazendo elementos historicamente silenciados, como é caso de categorias africanas como o ubuntu, pan-africanismo e a negritude, para a constituição de um sistema internacional mais democrático e plural. A recuperação dessas percepções pode abrir novas possibilidades, futuros alternativos, em contraste com o discurso amplamente disseminado pelas Relações Internacionais de repetição da lógica da anarquia (THAKUR, 2015 *apud* FERNÁNDEZ, 2019). Um exemplo

de como estas novas perspectivas podem contribuir para uma reorientação do sistema internacional é por meio das suas racionalidades alternativas àquelas vigentes. Enquanto, na modernidade, o Ocidente tem lidado com a diferença por meio da sua inferiorização, a filosofia ubuntu, por exemplo, enfatiza a política do cuidado mútuo, partindo da ideia do eu só existir em função da contribuição da existência do outro.

A seção, portanto, teve o objetivo de elucidar este apagamento e silenciamento presente na construção do sistema internacional, mas também chamar atenção para como a disciplina de Relações Internacionais acaba retroalimentando esta prática existente. Em adição a isto, em certa medida foi possível vislumbrar novas perspectivas para a constituição de um modelo alternativo de sistema internacional. Sobre a inclusão destas perspectivas, Fernández argumenta: “Tais perspectivas têm o potencial de abrir nossa imaginação para outros mundos além do ocidental, para mundos onde, segundo a inspiração zapatista, ‘caibam muitos mundos’” (FERNÁNDEZ, 2019, p. 481). A próxima seção tem por objetivo apresentar alguns grandes nomes da teoria pós-colonial que trabalharam para que outras realidades existentes fossem percebidas.

1.2

CÂNONES DA TEORIA PÓS-COLONIAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O INTERNACIONAL

Nesta subseção serão abordadas as contribuições de autores que consideraram a questão colonial e racial como centrais para a constituição do internacional. É necessário ressaltar que apesar da disciplina das RIs ter inserido discussões sobre a questão colonial a partir da década de 50, em função dos grandes movimentos revolucionários que eclodiram neste período, a discussão dos efeitos do imperialismo e do colonialismo pode ser observada desde pelo menos o final do século XIX, sendo trabalhada e analisada por grandes pensadores do período que lastimavelmente não são, na maior parte das vezes, inseridos na discussão do internacional, como é o caso de W.E.B Du Bois.

Nesse sentido, será explorada a contribuição destes autores para as RIs, ainda que os mesmos tenham sido negligenciados pela disciplina. O engajamento com os autores será realizado em ordem cronológica de contribuição, sendo respectivamente: W.E.B. du Bois (1868 - 1963), Aimé Césaire (1913 - 2008), Frantz Fanon (1925 - 1961) e Edward Said (1935 - 2003). Para além destes autores que serão mobilizados nas subseções subsequentes, também traremos para

discussão autores/as influenciados pelos mesmos. Um ponto importante sobre os autores que os conectam para além da corrente teórica presente nas suas contribuições, é o perfil destes. Os quatro autores são caracterizados como acadêmicos-militantes, ou seja, para além do engajamento com a produção de conhecimento no meio académico com produções escritas e participação em debates, os autores estavam comprometidos com as causas que defendiam também nas lutas sociais cotidianas. Esse carácter militante ficará evidente nas subseções abaixo que discorrerão sobre a vida e obra desses autores, mostrando o comprometimento dos mesmos com a causa antirracista como um exercício contínuo na suas vidas, tanto académica como pessoal.

1.2.1 W.E.B. Du Bois

William Edward Burghardt Du Bois foi filósofo, poeta, novelista, jornalista, ativista pelos direitos civis, pan-africanista, sociólogo, autor e editor norte-americano. Nascido no interior do estado de Massachusetts, considerada uma comunidade relativamente “tolerante” e integrada para a época, em 1868. Amplamente conhecido como W.E.B Du Bois, o autor é considerado como um dos maiores intelectuais do movimento negro, e para além disso, é reconhecido por uma gama de autores como um dos protagonistas e fundador da Sociologia Americana. Instituições de prestígios fazem parte do currículo do autor, tais como Universidade de Harvard e Universidade de Berlim, onde estudou com Max Weber. O autor publicou muitos livros durante sua vida, sendo a maior parte deles sobre a temática racial.

Du Bois foi um intelectual que teve muitas experiências em outros países, viajava muito, o que somado à sua longevidade, levou o autor a considerar diferentes perspectivas ao longo do tempo dado os acontecimentos sistêmicos, tais como a Primeira e Segunda Guerras Mundiais. O autor faleceu em 1963, dedicando toda a sua vida à causa racial, tanto na militância quanto na academia, além de ter sido o primeiro a negar o darwinismo social, um marco histórico à época.

1.2.1.1 Principais conceitos

Uma das obras de sucesso de Du Bois é *The Souls of Black Folks* de 1903 (2007), onde o autor apresenta três principais conceitos: *color line*, *veil* and *double consciousness* (linha de cor, véu e dupla consciência). A linha de cor é entendida pelo autor como a divisão de pessoas em grupos racializados com diferentes oportunidades de acessar oportunidades e instituições a partir de uma estrutura social erguida como produto do colonialismo e da escravidão transatlântica. O véu para Du Bois é a manifestação psicológica desta linha de cor e impede que as pessoas negras tomem consciência de si à parte da visão negativa criada pelo racismo que as fazem se enxergarem pelos olhos dos brancos. Por último, a dupla consciência seria a formação de duas consciências no negro e de como ele é visto no mundo, pois apesar de ser considerado cidadão, por vezes é considerado como cidadão de segunda categoria. O autor desenvolve este drama psicológico pensando na realidade dos EUA, onde os negros se veriam entre duas almas, a americana e a negra, dois ideais em guerra contínua e inconciliável em um corpo escuro.

1.2.1.2 Du Bois em conversa com as Relações Internacionais

A partir desses conceitos, Du Bois tem o potencial de colocar em discussão o imaginário *mainstream* da disciplina de Relações Internacionais, que nos diz que as relações internacionais consistem exclusivamente de relações interestatais. Quando o autor discute sobre a realidade da linha de cor na realidade norte-americana, argumenta que isto se estende para outras partes do mundo e que esta é uma característica dominante do sistema global; estruturas sociais sendo formadas e desenvolvidas com base no sistema escravista. Nas inúmeras viagens que o autor fez pelo mundo se deparou com a dura realidade que encontrava em seu país, esta linha de cor global, por vezes invisível, que separa o mundo em detrimento dos sujeitos racializados.

Ao aprofundar o conceito da dupla consciência, o autor fala sobre a identificação e rede de apoio que existe na comunidade negra, onde, em muitos casos, os negros cientes desta dura realidade acabam por se juntarem a fim de sobreviverem a este sistema. Um exemplo disto é a questão da imprensa negra, tratada por Nascimento (2019) que a caracteriza como uma mídia feita por negros, para negro e sobre seus interesses a fim de ajudar a comunidade a alcançar oportunidades na sociedade por meio de vagas de emprego, mas também de estudos. O que é mais distintivo da imprensa negra, contudo, é seu caráter transnacional, que possibilita o conhecimento da situação do negro através do mundo.

1.2.2 Aimé Césaire

Aimé Césaire foi poeta, ensaísta, dramaturgo e político antilhano. Nascido em Basse-Pointe, Martinica, departamento ultramarino francês no Caribe em 1913, apesar de na época ser um cidadão de classe baixa conseguiu acesso à educação e concluiu com êxito seus estudos secundários no Liceu Schoelcher na capital de sua cidade natal e ingressou com bolsa de estudos no Liceu-le-Grand em Paris, em 1931, onde conheceu Léopold Senghor, que veio se tornar presidente do Senegal em 1960. Em 1934, Césaire foi convidado para o Reino da Iugoslávia por seu amigo Petar Guberina e a partir desta visita deu início ao seu poema *Cahier d'un retour au pays natal*, uma representação vívida e poderosa das ambiguidades da vida e da cultura caribenha no Novo Mundo.

Em Paris, Césaire passou no vestibular para a renomada École Normale Supérieure em 1935, conhecida por formar a elite acadêmica e administrativa da França. No mesmo período Césaire criou a revista literária *L'étudiant noir* (O Estudante Negro) com Léopold Sédar Senghor e Léon Damas, escritor e político guianense, onde foi cunhado o termo negritude, que traduz a rejeição da internalização do saber eurocêntrico ou a assimilação cultural por parte da comunidade negra da França e do resto do mundo. No entanto, apesar do termo ter sido utilizado pelo autor, ele próprio reconheceu tratar-se de um conceito coletivamente gestado por intelectuais negros e não um feito individual (FERNÁNDEZ, 2021).

O autor é considerado um dos precursores chave da teoria pós-colonialista pois atuou incansavelmente em torno da temática colonial, produzindo uma vasta obra como dramaturgo, poeta, ensaísta e político. No entanto, apesar de atuar em campos que a ciência ocidental desconectou, Césaire conseguiu entrelaçar a poesia com as denúncias políticas que fazia, sendo um importante combatente na luta contra o colonialismo, especialmente o francês, dado a sua origem martinicana.

1.2.2.1 Principais conceitos

Como mencionado na subseção anterior o termo negritude foi cunhado pelo autor e foi utilizado academicamente pela primeira vez por ele na década de 30. O termo busca rememorar e valorizar a cultura negra e o repúdio ao racismo francês. Mas para além disso, o autor busca com a utilização do termo descoisificar e desanimalizar o sujeito negro, e utilizá-lo como ato de resistência contra as opressões coloniais da época. Césaire buscava, a partir do termo e como pode ser observado na vasta literatura desenvolvida pelo autor, um

reconhecimento das barbáries cometidas contra os negros colonizados e os efeitos disto em todas as suas dimensões.

Césaire desenvolve essa temática ao longo dos seus escritos, principalmente em sua obra *Discurso sobre o colonialismo* (1950), onde denuncia tais barbáries, argumentando que o colonialismo estaria longe de ser visto, tal como se apresentava, como uma evangelização, uma empresa filantrópica, propagação de Deus ou extensão do direito. Além de denunciar os métodos violentos e apropriações realizados pelos colonialistas, o autor levanta dois importantes pontos: 1) o impacto da colonização sobre o próprio colonizador, uma vez que essa práxis acaba por “descivilizar” o colonizador e 2) como é possível traçar uma relação entre as práticas empreendidas pela Europa nas colônias consideradas atrasadas e as práticas de Hitler na “civilizada” Europa.

1.2.2.2 Césaire em conversa com as Relações Internacionais

A partir destes conceitos Césaire traz a discussão para o internacional quando seus escritos influenciam e contribuem para marcos significativos naquele momento da história, tal como a Conferência de Bandung de 1955, realizada na Indonésia e que reuniu 29 líderes da Ásia e da África com o intuito de dar encaminhamento para questões como a cooperação econômica, a autodeterminação, a descolonização e a paz (SIMÕES, 2021). BS Chimni (2017, *apud* SAJED, 2021) afirma que a ideia de “Terceiro Mundo” nasceu nesta conferência, em torno da discussão acerca da luta anticolonial e anti-imperial. A discussão sobre o Terceiro Mundo não ser um lugar e sim um projeto, como argumenta Vijay Prashad (2007 *apud* ibidem), advém dessa iniciativa e da literatura produzida nesta época.

Em termos da construção de conflitos com base na dimensão racial, neste mesmo período temos a Crise de Suez (1956), momento histórico para a luta do Egito para a reconstrução da sua identidade e independência. Para tal, contudo, teve de enfrentar uma coalizão tripartite formada por França, Reino Unido e Israel. Isto oferece a dimensão da dificuldade do alcance da independência que se enfrentava neste período. O Egito quando reivindica o Canal que é seu por direito e que foi construído com mão de obra egípcia ainda enfrenta resistência.

Para além disso, um último ponto muito relevante trazido pelo autor para a discussão sobre o sistema internacional, é sobre como muitos atores do internacional testemunhavam situações de exploração e não se movimentavam em prol dos explorados. Césaire considera tais atores cúmplices destas medidas violentas, o que implica na caracterização de um sistema global

conivente em relação a estas práticas bárbaras. O autor estabelece uma relação entre o sujeito branco e o sujeito negro quando compara a realidade genocida imposta aos negros pelos brancos com as ações de Hitler contra homens brancos. Ao chamar atenção para o fato de que apenas estas últimas ações foram visibilizadas e ganharam atenção internacional, demonstra, portanto, que existe sim uma parcialidade, um viés no sistema internacional que só responde de modo vigoroso às ações violentas, de violação de direitos humanos, que ocorrem numa parte específica do sistema internacional: na Europa.

1.2.3 Frantz Fanon

Frantz Omar Fanon, também conhecido como Ibrahim Frantz Fanon, assim como Césaire, nasceu em Martinica, com ascendência africana e francesa. Fanon foi um psiquiatra, intelectual e revolucionário que atuou na linha de frente pela libertação da Argélia, em primeira instância como médico psiquiatra no hospital do exército francês, mas depois se unindo à resistência argelina. As obras de Fanon são inspiradas pela sua experiência como homem negro, mas também em mais de quatro décadas de atuação em movimentos de libertação nacional. Imerso neste cenário é que o autor busca aprofundar as consequências da colonização que já vinha sendo trabalhada por muitos autores anteriormente, inclusive por Césaire, seu professor na Martinica, mas Fanon adiciona um elemento crucial para a análise, a psicodinâmica do colonialismo, da violência e do racismo, examinando seus efeitos psicológicos tanto para o colonizado como também para o colonizador.

Fanon é muito influenciado pela perspectiva de Césaire, uma vez que foi seu aluno no mesmo colégio que o poeta estudou, Lycée Schoelcher. Já inserido na discussão sobre o colonialismo quando testemunha as atrocidades da guerra de libertação da Argélia, Fanon é fortemente afetado pela situação argelina, o que o faz escrever sobre a temática de maneira enfática a fim de traduzir para o mundo o que se passa nestas regiões colonizadas. Após esse período, o autor viaja por diversos países do continente africano para evocar a necessidade de libertação de outros países, e diante deste contexto de descolonização, o autor escreve `Os Condenados da Terra (1962), considerada uma das principais obras políticas sobre violência política e libertação nacional do século XX.

1.2.3.1 Principais conceitos

Entre as principais ideias tratadas pelo autor está a defesa do uso da violência legítima no combate à práxis colonial. Fanon, sob influência hegeliana-marxista, toma o movimento das contradições para entender a realidade que presencia, mas recentra a discussão em torno da questão racial antes do que na categoria da classe social, central para o marxismo. A partir dessa perspectiva, como consideram Selis e Souza:

“A violência sofrida e promovida pelos colonizados possui papel semelhante ao da exploração de classe na luta operária, visto que suas contradições levam à epifania do oprimido, que através dela se descobre unido e intimidador. Assim, para Fanon, a força pulsante do negro subalternizado emerge como catalisador revolucionário: no nível coletivo, unifica a massa dispersa em corpo nacional; no nível individual, unifica o self corrompido e reconfigura sua humanidade”. (SELIS e SOUZA 2021, p. 62)

Por adotar uma perspectiva extremamente inconformada com a realidade, chegando a ser considerado radical demais por alguns autores em razão da defesa da violência como contraprática da violência colonial, alguns autores tendem a não reconhecer sua resposta ao problema como válida. No entanto, é preciso levar em consideração o contexto em que este está inserido, caracterizado pela busca da liberdade diante de um grande massacre colonial justificado em nome de uma pretensa civilidade. Fanon vivencia muito do conceito trabalhado por Du Bois décadas atrás, o da dupla consciência. Isto, porque vivência duas experiências do ser que são conflituosas em si, o ser negro e o ser ocidental, que tem acesso à liberdade e condições de vida social ‘melhores’ se comparado ao ser negro na Argélia, realidade presenciada pelo autor. Quando o autor vai à Argélia e presencia as atrocidades cometidas pelo seu governo em um território que contempla outros seres que de certa forma são pares dele, se dá conta dessa vivência dual, da experimentação de duas experiências sociais conflitantes: do ser ocidental e do ser racializado.

A resposta dada pelo autor é inflexível, pois este entende que em grande medida só é possível responder à violência proferida pelos colonizadores por meio da violência anticolonial, dada as profundas fissuras que esse abismo colonial proporciona, tal como a animalização do colonizado. É um contexto de fervor revolucionário que influi diretamente na produção literária sobre a temática na época. Isto pode ser observado na emergência de um notável processo de radicalização entre a Conferência de Bandung e a de Havana - Primeira Conferência de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina - que ocorreu em

1966 e que marca uma mudança significativa no tom de negociação e compromissos a serem adotados (Malek, 1981).

1.2.3.2 Fanon em conversa com as Relações Internacionais

Fanon nos ajuda a pensar sobre os silêncios das Relações Internacionais ao falar de um mundo bifurcado a partir da “zona do ser” e do “não ser”. A partir de tal concepção existem lugares que importam e outros lugares que não importam. Desse modo, quando se define uma agenda de relevância para as RI ao mesmo tempo se define uma não-agenda e esta é aquela que diz respeito ao espaço e sujeitos africanos, latino-americanos e uma parte dos asiáticos, geopoliticamente situados no chamado “Sul Global”. A partir de Fanon, portanto, existem lugares produzidos como “outros” como é o caso do Terceiro Mundo, ou seja, uma parcela do globo que é esquecida, “os condenados da terra” e que, poderíamos argumentar, nem mesmo é considerada parte da construção do internacional, sendo vista somente como fornecedora de recursos e de mão de obra. Quando esta parcela do mundo reivindica liberdade, o que recebe em troca é opressão e violência, tendo em vista que suas populações não brancas são desumanizadas e vistas como não dignas de valores tais como a liberdade.

O trabalho de Fanon busca lidar com os efeitos psiquiátricos e psicológicos associados à violência de longo prazo do colonialismo, com suas estruturas de exploração, racismo e desumanização (SAJED, 2021).

1.2.4 Edward Said

Edward Said nasceu em Jerusalém (Palestina Britânica na época) em 1935, foi um professor, crítico literário e ativista político palestino-estadunidense. Said cresceu em Jerusalém, onde estudou até migrar para os Estados Unidos em 1951 para dar continuidade a seus estudos, frequentando a Universidade de Princeton e Harvard. Posteriormente, em 1963, ingressou como docente na Universidade de Columbia, em Nova Iorque, onde ensinou durante quatro décadas Inglês e Literatura Comparada. Assumindo como professor também nas universidades de Harvard, Johns Hopkins e Yale.

Said era muito envolvido com o ativismo político, sendo eleito em 1977 como membro do Conselho Nacional Palestino - Parlamento da Palestina no exílio, depois de quase 15 anos

de atuação. Em 1991 Said pediu demissão do Conselho em protesto ao apoio de Yasser Arafat a Saddam Hussein durante a Guerra do Golfo.

Em 2002, ainda diante do cenário incerto acerca da questão da Palestina, a fim de criar uma terceira força política palestina que se afirmasse como alternativa à autoridade nacional, Said junto com Haidar Abdel-Shafi, Ibrahim Dakkak e Mustafa Barghouti, participou da criação da Iniciativa Nacional Palestina.

1.2.4.1 Principais conceitos

Um dos principais conceitos trabalhados por Said foi sobre a visão distorcida que o Ocidente tem sobre o Oriente, numa tentativa de criar uma diferenciação que servia aos interesses coloniais nesta região por parte dos países ocidentais. Said descreve sobre esse processo da construção do “outro” como hostil na obra que se tornou inaugural do pensamento pós-colonial, “Orientalismo” de 1978. Logo no primeiro capítulo do texto, Said argumenta que a construção do Orientalismo foi o que possibilitou os consensos que permitem e legitimam as atrocidades norte-americanas no Oriente Médio. Ou seja, o autor argumenta que o Orientalismo foi intuitivamente criado para securitizar o Oriente e que nunca houve uma contrapartida do Oriente equivalente. Sendo, portanto, o Orientalismo:

“(…) Um sistema de conhecimento sobre o Oriente, uma rede aceita para filtrar o Oriente na consciência ocidental, assim como o mesmo investimento multiplicou – na verdade, tornou verdadeiramente produtivas – as afirmações que transitam do Orientalismo para a cultura em geral.” (SAID, 1970)

Esta obra literária é muito aclamada até os dias de hoje dada a sua contribuição para o estudo sobre o colonialismo, mas para além disso, o autor consegue fornecer a perspectiva deste “outro” diante da objetificação realizada ao longo de séculos por parte do Ocidente.

1.2.4.2 Said em conversa com as Relações Internacionais

Dada a relevância da contribuição dos escritos de Said e de seu engajamento com a causa palestina, muitos autores creditam o surgimento dos estudos pós-coloniais como campo acadêmico à Said e seu Orientalismo, pois sua obra é considerada como uma das intervenções

acadêmicas mais impactantes em Humanidades e Ciências Sociais na segunda metade do século XX, como considera Sajed (2021).

O autor traz um conceito muito mobilizado no campo das representações, o de Orientalismo, demonstrando como este sistema de representação é tendencioso, não tem nada de natural ou auto-evidente, e argumentando que “o conhecimento aqui produzido sobre o ‘Oriente’ nunca foi inocente ou neutro, mas sim parte do empreendimento colonial maior de conquista e dominação” (SAJED, 2021, p, 66).

O objetivo do *overview* em torno da teoria pós-colonial na disciplina de Relações Internacionais exposto ao longo deste capítulo foi o de evidenciar e corroborar o argumento que será explorado ao longo do presente trabalho, ***de que há uma linha de cor no sistema internacional e que este foi constituído por meio de práticas violentas coloniais***. Nesse sentido, será analisado nas próximas seções um estudo de caso sobre as Filipinas, que contempla o contexto histórico do país, que valida o argumento disposto pela teoria e que ratifica a importância de incorporar essa lente teórica quando se discute a construção do sistema internacional.

2

AS FILIPINAS COMO PROJETO COLONIAL

A presente seção tem por objetivo abordar o contexto histórico das Filipinas enquanto território colonial, apresentando, na primeira subseção, um panorama sobre a região e sobre a intervenção do império espanhol. Na segunda subseção, será abordado o período de levante de grandes revolucionários contrários à dominação espanhola e na terceira subseção analisaremos como o projeto colonial dos EUA foi moldado. Por fim, será analisado como a teoria pós-colonial - trazendo os conceitos dos principais autores da teoria trabalhados no capítulo anterior - pode ser utilizada como lente para analisar o caso das Filipinas como um projeto colonial que repercute na construção de um sistema internacional moldado por um viés racial.

2.1

AS ILHAS DAS FILIPINAS E SEU CONTEXTO HISTÓRICO



A República das Filipinas é um arquipélago que consiste em mais de sete mil ilhas e ilhotas, dotado de 11 ilhas principais que correspondem a mais de 90% da área de terra nacional, sendo Luzon a maior ilha na parte do norte do arquipélago e Mindanao da parte meridional, as duas somadas contém 70% da população filipina. Uma parte considerável da identidade do país hoje pode ser considerada como o reflexo da experiência filipina enquanto território colonial subordinado a outros estados, especificamente à Espanha e aos Estados Unidos. Muitos

autores/as vêm denunciando o processo de esvaziamento da história de inúmeros países produzido em função das intervenções imperiais e coloniais nestes territórios. Este é o caso das Filipinas, onde podemos observar um esvaziamento da sua cultura desde a colonização espanhola.

Fernão de Magalhães saiu a serviço da Coroa de Castela em busca do inexplorado em 1519. Tal jornada ficou reconhecida como a primeira expedição europeia a atingir a Ásia pela via ocidental, passando pelo sul do continente americano. O interesse espanhol com a expedição era o de estabelecer bases no Oriente, só possível quando Castela venceu a disputa com os portugueses pelo domínio da região. Castela saiu vitoriosa e enviou diversas expedições ao território, que foi batizado pelos espanhóis como “Filipinas”, em homenagem ao futuro rei da Espanha Filipe II. Esses gestos simbólicos de nomeação e batismo das ilhas legitimavam a apropriação das ilhas onde se levaria a cabo o projeto colonial. É importante destacar que os exploradores da Espanha não “descobriram” as Filipinas, comerciantes chineses, árabes e indianos já haviam se engajado em comércio extensivo com as populações locais desde pelo menos 1000 dC. Nesse sentido, o discurso europeu de levar a civilização a uma comunidade dita atrasada não pode ser sustentado no caso das Filipinas, pois a população já interagiu de forma ativa com o internacional.

Apesar da distância entre as Filipinas e o México, existia um grupo específico que possuía interesse em se estabelecer no arquipélago: os missionários de ordens religiosas estabelecidos no México. De fato, o tema da organização religiosa é muito caro quando se pensa na colonização espanhola das Filipinas, já que a religião penetrou em todos os aspectos da ilha, na vida social, administrativa e econômica das Filipinas (ROCHA, 2018).

A questão da religião no caso das Filipinas e da colonização castelhana no Novo Mundo é relevante pois corrobora o argumento, muito trabalhado pela teoria pós-colonial, do método religioso como forma de converter e “civilizar” outros povos ou de assimilar a diferença a partir do sistema de crenças europeu. Rocha (2018) discute o surgimento do conceito de *frailocracia*, criado pelo escritor espanhol Del Pilar em 1889. O conceito diz respeito ao papel dos frades na civilização das Filipinas, sobre os filipinos e suas aspirações.

Uma denúncia que é recorrente às colonizações e que pode ser visualizada nas Filipinas é o descaso com as diferentes etnias presentes no território colonizado. De acordo com Herrera (2015, p.14) o governo espanhol conectou milhares de ilhas do arquipélago sob um único domínio colonial, desconsiderado a diversidade etnolinguística da área, que de acordo com investigações antropológicas, abrangiam mais de 150 culturas, etnias e línguas. Percebe-se,

portanto, que o objetivo era enquadrar todos os povos a partir de um dogma religioso, possibilitando que a exploração tanto de recursos naturais quanto de recursos humanos fosse empreendida como a vontade de Deus.

O domínio colonial da Igreja não se deu de modo uniforme por toda a região, segundo Herrera (2015). Enquanto a colonização se exercia de modo direto e intensivo no centro do território, comunidades isoladas nas fronteiras conseguiram manter seu modo de vida por um tempo. Desse modo, a colonização seguiu diferentes ritmos, formas e graus através do território. Alguns grupos permaneceram ferozmente independentes ou indiferentes ao colonizador, outros se apropriaram e reinterpretaram os costumes do colonizador, enquanto outros foram escravizados pelo império. Ao longo do tempo, no entanto, a hegemonia, o poder e a influência colonial da Espanha foram sendo enraizados de modo mais uniforme no território.

O ritmo do domínio colonial, contudo, foi frustrado e interrompido pelas resistências encontradas, sobretudo, no sul da ilha. A natureza da colonização, centrada na conversão religiosa, pode explicar por que a resistência foi tão aguerrida nesta parte da ilha. Como já mencionado, comerciantes chineses, árabes e indianos, já passavam pela área desde pelo menos 1000 dC, sendo muitos destes comerciantes muçulmanos, que com o tempo se relacionaram com famílias locais, incentivando assentamentos permanentes enquanto espalhavam o Islã pela área (*ibidem*, p.15). Então quando os espanhóis chegaram e colonizaram, predominantemente por meio da religião, encontram forte resistência em função do modo de vida islâmico já estar estabilizado no sul das Filipinas. Tal modo de vida estava tão arraigado que:

“Estudiosos concordam que a chegada dos espanhóis afetou profundamente o curso da história filipina. Se Magalhães ou outros colonizadores nunca tivessem chegado ou desembarcado muito mais tarde, eles podem ter encontrado um país muçulmano unificado (HERRERA, 2015, p.15).

Assim, os esforços para a estabilização da dominação espanhola em todo território filipino, o que incluía o sul, acabou por gerar as Guerras Hispano-Moro nesta área. De fato, ocorreram hostilidades entre muçulmanos e espanhóis durante todo o período da colonização espanhola, de modo que os líderes coloniais espanhóis nunca chegaram a dominar ou governar a área local, apesar de reivindicarem o território.

Com base nessas considerações da influência da Igreja no processo de colonização das Filipinas, é possível sustentar o argumento de que a Igreja Católica dividia o poder com a

Espanha quanto a este território. O Estado e a Igreja administravam conjuntamente a colonização das ilhas.

2.2

PERÍODO REVOLUCIONÁRIO FILIPINO DURANTE A COLONIZAÇÃO ESPANHOLA

O longo período de hostilidade firmado entre os originários do sul da Filipinas e os espanhóis pode, sem dúvida, ser reconhecido como resistência às práticas de dominação do império. No entanto, há um movimento que pode ser datado do século XVII de povos que foram cotidianamente expostos a esta dominação e que até então não realizavam uma resistência unificada.

Alguns dos principais nomes são: (i) Gabriela e Diego Silang, que lutaram por uma nação Ilocano livre da interferência espanhola no norte das Filipinas, (ii) Andrés Bonifácio e Emilio Jacinto que atuaram no final do século XIX pressionando a liderança espanhola em várias frentes e (iii) um dos nomes mais consagrados quando nos remetemos à revolução nas Filipinas, José Rizal, que para além de muitas outras atividades atuava como acadêmico militante, escrevendo diversas obras que retratavam a violência que assolavam os filipinos e defendendo reformas nacionais, tais como o reconhecimento dos filipinos como cidadãos livres e iguais aos espanhóis. Por denunciar a realidade colonial opressora, a popularidade de Rizal cresceu significativamente dentro do país atraindo a atenção das autoridades espanholas que o acusaram de integrar um grupo de insurgentes armados. As denúncias do império espanhol culminaram na prisão e morte de Rizal em dezembro de 1896 (*ibidem*).

Apesar do fim trágico de Rizal, todo o movimento revolucionário até a sua morte não foi em vão, pelo contrário, levou à sua imortalidade, já que Rizal adquiriu o *status* de herói nacional; o que inspirou uma luta mais ampla pela liberdade das Filipinas. A Revolução Filipina contava com grandes nomes revolucionários, assim como mencionado anteriormente, Bonifácio era um desses. A revolução foi um conflito militar entre populares das Filipinas e as autoridades coloniais espanholas que perdurou até 1898. Neste ano a Espanha estava tendo que lutar em duas frentes, na revolução filipina, mas também estava envolvida na Guerra Hispano-Americana, conflito entre a Espanha e os Estados Unidos, resultado da intervenção norte-americana na Guerra de Independência de Cuba. O revolucionário e um dos grandes líderes da revolução filipina, Emilio Aguinaldo, vendo no conflito entre Estados Unidos e Espanha

uma possibilidade de ganhar força adicional para vencer a Revolução aliou-se extraoficialmente aos Estados Unidos e realmente conseguiu intensificar as hostilidades contra o governo espanhol nas Filipinas, declarando a independência do país vis-à-vis a Espanha em 1898.

No entanto, a independência do novo país, não apenas, como esperado, não foi reconhecida pela Espanha, mas tampouco pelos Estados Unidos. A próxima seção buscará elucidar as aspirações que informaram esse posicionamento por parte dos Estados Unidos.

2.3

A TUTELA DAS FILIPINAS PELOS ESTADOS UNIDOS

O contexto que levou os Estados Unidos, por um breve período, a apoiar a luta pela independência filipina contra o império espanhol deve ser levado em consideração para que possamos vislumbrar os interesses do país ocultos por trás dos seus discursos benevolentes que enfatizavam a defesa da liberdade filipina. Na época, os Estados Unidos já demonstravam indícios de sua capacidade e interesse de se tornar um grande *player* no internacional. Todavia, os conflitos na colônia espanhola fizeram com que o país se visse diante da possibilidade de perder negócios e influência em função da “ingerência” armada da Espanha visando controlar as revoluções que estavam ocorrendo nos territórios que colonizava. Uma gama de autores/as, tal como Leight (2020, *apud* BIANCO, 2022), argumenta que a explosão do navio USS Maine no porto de Havana atribuída aos espanhóis em função do apoio dos Estados Unidos ao movimento de independência cubano, estopim para o início da guerra entre Estados Unidos e Espanha, foi menos ameaçadora para os interesses norte-americanos do que a instabilidade gerada pela própria revolução nacionalista cubana (1895) contra o já decadente império espanhol. De acordo com Matheus Bianco:

“Cuba era um lugar estratégico de investimentos econômicos estadunidenses [...] o açúcar e as indústrias mineiras no país receberam mais de US\$40 milhões a partir de investidores em Washington durante a década de 1890” (LEIGHT, 2020, p.75 *apud* BIANCO, 2022).

Sendo, portanto, um lugar estratégico a falta de controle da área poderia vir a gerar grandes prejuízos econômicos, e até mesmo de influência, para os EUA. Partindo deste mesmo raciocínio, ameaçadora de igual forma era a Revolução Filipina - à época também território

espanhol - que punha em risco as projeções, de princípio econômicas, do país no continente asiático (JULIAN GO (2011) *apud* BIANCO, 2022).

O império espanhol na época já estava se deteriorando e os Estados Unidos mesmo depois de enfrentar uma Guerra civil (1861-1865) seguia irreduzível quanto ao seu objetivo de expansão econômica, saindo vitoriosos do conflito com os espanhóis em alguns dos últimos territórios colonizados pelo império. Com o fim do conflito, ambos os países se reuniram em Paris e assinaram, em 10 de dezembro de 1898, um tratado de paz que reconheceu a independência de Cuba - mesmo sem a presença de nenhum representante cubano. Além disso, a Espanha cedeu aos Estados Unidos a ilha de Porto Rico, Guam e as Filipinas por 20 milhões de dólares. Dessa forma, os habitantes dos territórios correspondentes passaram para o controle dos Estados Unidos, sendo privados de participação sobre os destinos dos seus países; o que gerou muita revolta por parte dos filipinos que inicialmente pensaram poder continuar contando com o apoio dos EUA, que, de fato, estavam interessados em substituir a Espanha no domínio da região (LOGUERCIO,2007)

Os interesses dos Estados Unidos logo se mostraram incompatíveis com seu discurso benevolente inicial de apoio à liberdade filipina. Imediatamente após a assinatura do acordo supracitado, as práticas do país mudaram drasticamente com o envio de tropas para a região filipina, o que acendeu, mais uma vez, a revolta na população, culminando em um novo conflito, agora contra os Estados Unidos.

A Guerra Filipino-Americana ocorreu entre 1899 e 1913. Apesar de muitos/as autores/as considerarem que o conflito teve fim em 1902 com a captura de Aguinaldo e com a proclamação oficial do fim das hostilidades proclamada no mesmo ano, tribos individuais em Luzon e os muçulmanos das ilhas sul, que como já mencionado eram muito articulados, lançaram novas rebeliões por mais de uma década, até serem derrotadas na batalha de Bud Bagsak em 1913. A guerra foi um conflito armado entre um grupo de revolucionários filipinos e os Estados Unidos, que surgiu da luta da Primeira República Filipina para obter independência, após a anexação pelos Estados Unidos. No século XIX, os EUA passaram a reproduzir de forma mais expressiva, com base na Doutrina Monroe e seu Destino Manifesto, uma visão missionária e expansiva sobre o Pacífico, estabelecendo sua influência e poder por meio de práticas coloniais.

É sabido que, por vezes, práticas neocoloniais vêm mascaradas de reivindicações de justiça e independência e que, por diversas vezes, este discurso foi utilizado pelos Estados Unidos para expandirem sua zona de influência e realizarem seus interesses a custos reduzidos. É nesse

sentido que vendo o desencadear de movimentos revolucionários em suas regiões de influência e a falta de controle do império espanhol sobre estas áreas que os Estados Unidos decidem intervir mais intensivamente.

Diante da Revolução Filipina (1896-1898) e dos danos que a mesma representava para os interesses econômicos dos EUA (perda de poder na porta dos mercados asiáticos), é que o governo norte-americano dá início a um conflito contra a Espanha, de onde saem vitoriosos. O discurso estadunidense ao assumir o domínio destas áreas era informado pela lógica da salvação; o que fica claro no discurso do senador republicano Albert Beveridge: “[...] Não prefeririam os filipinos o nosso governo justo e civilizador ao regime selvagem do qual os resgatamos?” (BEVERIDGE, 1900 *apud* BIANCO, 2022). Vendia-se, portanto, um discurso de “condenação por parte de Washington sobre as violências do império espanhol em relação aos movimentos revolucionários, bem como um discurso excepcionalista de convocação de uma intervenção republicana para livrar o continente americano de uma ‘potência europeia corrupta’ (Doutrina Monroe)” (BIANCO, p. 69,2022).

O processo de ocupação das tropas estadunidenses havia sido planejado antes mesmo da eclosão do conflito com a Espanha e até o momento em que ocorreu efetivamente, parte dos revolucionários acreditava que a esquadra estadunidense se somaria à luta pela independência do país com base na narrativa salvacionista e na promessa de ordem e liberdade que informava os discursos dos Estados Unidos. Em junho de 1898, Aguinaldo, principal revolucionário das Filipinas, proclamou seu governo e a declaração de independência das Filipinas (República das Filipinas). No entanto, não tardou até que os EUA retirassem as vestes da salvação. No mesmo ano, o então presidente dos EUA, McKinley, emitiu uma declaração na qual dizia que “não haveria ocupação conjunta com os insurgentes” e os filipinos deveriam “reconhecer a ocupação militar e a autoridade dos EUA” (EUA, 1898 *apud* BIANCO, p.70, 2022). A partir de então, os EUA assumiram completamente o domínio de todo país, o que gerou muita tensão com os filipinos, levando à eclosão do conflito entre EUA e os revolucionários filipinos em 1899.

A fim de legitimar o uso da força contra os filipinos, os estadunidenses mobilizaram o discurso de que os locais não eram capazes de se autogovernarem. O discurso era fortemente marcado pelo racismo uma vez que desumanizava os filipinos. Ao assistirem a troca de um antagonista imperial por outro, os filipinos tiveram de retomar a luta pela independência que já haviam declarado durante todo o tempo que viveram sobre o regime de Washington.

Uma gama de pesquisadores/as vem, nos últimos tempos, tentando elucidar uma camada não explorada quando se analisa a colonização norte-americana nas Filipinas. Estes afirmam que é possível analisar o acontecimento por meio de uma lente ideológica-racial, assim como faz Bianco. O autor argumenta que:

“Questões raciais foram mobilizadas para angariar apoio doméstico ao projeto, do mesmo modo que foram operacionalizadas pelos agentes coloniais e soldados para compreender os filipinos dentro de uma hierarquia racial inferiorizada, que cumpriram ao propósito de justificação da violência colonial.” (BIANCO, p.76, 2022)

Nesse sentido, para além de terem de se afirmar como capazes de autogovernarem, os filipinos sofriam por terem que ‘comprovar’ que sua cor de pele não os deslegitimava. Este foi um período em que grande parte dos norte-americanos ainda defendia ter direitos sobre povos, fora e dentro do país, que julgavam ser inferiores pela cor de pele.

Os significados raciais da guerra também foram um assunto debatido nos veículos de imprensa afro-americanos. Líderes negros estadunidenses expressavam solidariedade com os filipinos, pois enxergavam fazer parte de uma mesma luta: a de autoafirmação e busca por liberdade, criando assim uma simpatia natural.

O uso da questão racial nesta época para deslegitimação de um grupo de pessoas não era velado, era utilizado sem constrangimento em discursos feitos por autoridades estadunidenses. O discurso racial também era operacionalizado para legitimar a violência colonial, um exemplo disto foi a declaração do influente jornalista Henry Nelson: “Nossas tropas nas Filipinas olham para os nativos como pertencentes a uma única raça [...] possuindo a pele escura, portanto, são ‘niggers’, merecedores de quaisquer tratamentos hostis administrado por seus soberanos brancos” (NELSON, 1900 *apud* BIANCO, p.81, 2022).

Deste modo, foi claramente traçada uma relação racial entre a população negra e os filipinos, que logo foi percebida pelos próprios filipinos que começaram a explorar as ansiedades raciais dos soldados negros estadunidenses para enfraquecer as tropas inimigas. Nesse momento, quando ocorre a identificação - de duas populações que acabam sendo discriminadas em função da sua cor de pele - pode ser observada a criação de um sentimento de pertencimento apresentado por Du Bois. Os soldados negros estadunidenses ao verem que estão sendo usados como instrumentos para replicarem o que sofrem em seu país em território estrangeiro, desenvolvem um compadecimento e empatia com a situação vivida pelos filipinos. O

estabelecimento desta relação nos termos de Du Bois será melhor abordado na próxima seção, juntamente com os conceitos de Fanon, Said e Césaire.

2.4

O RETORNO DOS NORTE-AMERICANOS APÓS A INDEPENDÊNCIA FILIPINA

O objetivo desta subseção final é o de elucidar a retomada de influência dos Estados Unidos nas Filipinas mesmo depois da proclamação da independência do país e do reconhecimento desta independência pelos próprios EUA. Esta questão será abordada com maior detalhe na próxima seção, o intuito neste momento é o de contextualizar a volta da gerência das Filipinas por Washington.

Um importante movimento de resistência surgiu logo após a independência: camadas da população muito marginalizadas durante as colonizações espanhola e norte-americana se agrupam em busca de uma reestruturação que levasse em consideração suas demandas. Essa insurgência nas Filipinas ocorreu no início da década de 1950, momento em que as disputas por poder entre Estados Unidos e União Soviética vinham tomando importância significativa após a 2ª Guerra Mundial, culminando na Guerra Fria. E como a insurgência filipina detinha um caráter populista, uma vez que era um movimento de massa organizado a partir da região sul do país, os EUA temiam que o evento de alguma força ganhasse ainda mais força com o apoio da URSS que defendia o comunismo na época como um modelo em contraposição ao capitalista vigente. É possível considerar que esta circunstância tenha aumentado a importância do evento filipino no cenário internacional dada a disputa de poder em curso.

Esse confronto filipino, portanto, para além de um marco importante para o contexto histórico das Filipinas, representa também um espaço de disputa de poder e influência dado o contexto internacional da época. A partir destas considerações abordaremos, na próxima seção, como que esta revolução nacional acabou por impactar o internacional sendo vista como um marco nos estudos de contra-insurgência.

3

A TEORIA PÓS-COLONIAL E O CASO DAS FILIPINAS

Ao longo do capítulo anterior foi explorado o contexto histórico das Filipinas desde a chegada da Espanha até a tutela do país pelos Estados Unidos. O objetivo deste capítulo será articular os conceitos da teoria pós-colonial dispostos no primeiro capítulo com a realidade vivenciada pelos filipinos ao longo de pelo menos cinco séculos (XV - XIX) trabalhada no segundo capítulo, a fim de elucidar as consequências deste processo colonial para o sistema e para as relações internacionais.

3.1

OS CONCEITOS DOS CÂNONES APLICADOS NO CASO DAS FILIPINAS

Seguindo a ordem cronológica apresentada anteriormente, podemos pensar o caso das Filipinas a partir dos três conceitos apresentados por Du Bois (2007): linha de cor, véu e dupla consciência. Apesar dos conceitos terem sido desenvolvidos pelo autor para a realidade do ser negro, por tratarem do processo de racialização como um dos elementos fundadores das hierarquias sociais, os mesmos podem ser movimentados para a realidade de pessoas de cor, que não a preta, como é o caso dos filipinos. Destacamos a potencialidade dos conceitos do autor para pensar sobre o período da colonização norte-americana nas Filipinas, isso porque no momento em que os EUA assumem a tutela das Filipinas já se observava um movimento em prol da liberdade e respeito da soberania mais intensificado no cenário internacional, diferentemente do longo período em que a Espanha tinha o domínio do território. Com isso quero dizer que durante o domínio espanhol o padrão no sistema internacional era o da dominação, exploração e expansão deliberada, ou seja, do colonialismo formal, enquanto que o momento em que os Estados Unidos assumem o domínio colonial da região é um período de maior fomento à democracia. Assim o país passou a exercer seu controle sobre o território filipino de modo coerente com a nova normatividade internacional e daí sua defesa da liberdade e do desenvolvimento filipinos em contraposição ao velho discurso colonialista europeu.

A linha de cor anunciada por Du Bois pode ser observada na subjugação dos filipinos pelos EUA. Os norte-americanos se enxergavam como sujeitos superiores, arrogando para si terem as condições para se estabelecerem como uma alternativa positiva para o desenvolvimento das

Filipinas se contrapondo ao decadente império espanhol e também aos filipinos, vistos como incapazes de se autogovernarem. Os Estados Unidos se posicionam como agentes produtores de desenvolvimento, argumentando poderem “ajudar” as Filipinas a se desenvolverem de modo temporário, até o momento de conseguirem se governar por conta própria. Isto é evidenciado nos discursos proferidos pelo país no capítulo anterior, os quais infantilizavam os filipinos e os desqualificavam em função de sua raça. Observa-se, desse modo, uma divisão hierárquica de pessoas em grupos racializados. De um lado, os norte-americanos como plenamente humanos, em suma, brancos e desenvolvidos, e do outro lado, os filipinos de pele escura desumanizados e logo impossibilitados de se governarem de modo autônomo. Os efeitos desta hierarquia entre grupos racializados pode ser observada na construção da estrutura social discrepante entre os dois países que não teve fim nem mesmo com a independência do país, como pode ser observado no trato dos EUA aos filipinos depois de 1946 e durante a Revolução Huk¹. A percepção do véu, sendo um espaço em que a pessoa de cor toma consciência de si e da opressão que sofre parece ser observada desde a colonização espanhola pelos filipinos. Sentia-se a opressão do colonizador em função da diferença centrada na cor da pele que espanhóis e depois, de modo reforçado, os norte-americanos deixavam exposta. A dupla consciência, no caso das Filipinas pode ser observada como um fenômeno em massa e o motor dos movimentos revolucionários no país. Observa-se que independente do grau de independência que os filipinos alcançassem, estes sempre estariam classificados como sujeito de segunda categoria se comparado aos colonizadores. Para além disso, a dupla consciência pode ser observada também no encontro entre os soldados negros norte-americanos e a população filipina. Este encontro possibilitou a percepção da duplicidade possível em ser racializado, os soldados negros americanos desempenhavam um papel do ser “ocidental”, o que os colocava em um outro lugar, mas ao mesmo tempo viam na realidade filipina a subjugação racial que sofriam dentro do seu próprio país. A dupla consciência se manifestou, portanto, em um dilema para os soldados negros norte-americanos, que participavam das práticas colonialistas como norte-americanos, mas também se identificavam com a realidade filipina.

Césaire trabalha com o esforço de descoisificar e desanimalizar o sujeito negro. Podemos observar essa coisificação dos filipinos quando suas vontades e anseios não são respeitados, o que ocorre desde a invasão espanhola no território quando, como vimos, a fé cristã passa a organizar todos as esferas sociais, sendo imposta violentamente sobre a população originária. Essa coisificação do filipino é utilizada também como instrumento de poder por parte do

¹ A revolução será melhor abordada na última subseção deste capítulo.

colonizador, uma vez que no momento em que se desumaniza o Outro as práticas violentas exercidas sobre ele não são objeto de contestação. No entanto, uma outra importante consideração levantada pelo autor diz respeito sobre de quem este comportamento colonial nos fala. Césaire argumenta que as práticas coloniais falam mais sobre o colonizador do que sobre o colonizado. Ou seja, o poeta problematiza a barbárie promovida pelos colonizadores, ao explorarem e se apropriarem dos recursos naturais e humanos destes países. Quando lemos o caso das Filipinas a partir das lentes conceituais de Césaire somos levados a refletir sobre o que Doty (1993) coloca acerca de uma mudança necessária na pergunta de partida em relação à análise dos acontecimentos coloniais. Doty foca sua atenção no terreno das possibilidades, das condições que tornaram possível tais práticas coloniais. Vemos que o que tornou possível as intervenções da Espanha e depois dos Estados Unidos nas Filipinas foi justamente esse processo de desumanização dos filipinos que funcionou como a base legitimadora das práticas coloniais.

O que foi destacado sobre a abordagem de Fanon no primeiro capítulo foi a defesa da violência como resposta equivalente às práticas coloniais, como uma consequência da violência primeira promovida pelo colonialismo. Uma violência que, segundo Fanon, ultrapassa a violência de ordem física. Inspirado por Césaire, seu professor, Fanon reconhece também os danos que isto causa à dignidade do ser humano e considera que, por muitas das vezes, este é um dano irreversível. No caso das Filipinas, desde o início, como mostramos no capítulo anterior, a população do sul do país resistiu ao domínio estrangeiro. Com o passar dos séculos e com o surgimento de grandes revolucionários filipinos, a saída que se enxergou para o fim do regime foi a violência como resposta às múltiplas violências que este povo foi acometido por tanto tempo.

Por fim, o conceito trazido por Said é o de Orientalismo, que diz respeito à construção do “outro” a partir do “eu”. A problematização em torno disto está na construção do que é o outro a partir da perspectiva do eu. É possível observar a partir dos discursos dos EUA uma tentativa constante de caracterizar os filipinos e de se colocarem em uma posição de legitimidade para representá-los, afirmando que este é o que precisa. Isto fica evidenciado na Conferência de Paris de 1898, quando Espanha e EUA se reúnem para firmar o fim da Guerra Hispano-Americana, e não colocam na Conferência nenhum representante cubano ou filipino, apesar de estarem discutindo o futuro destes. Nesse sentido, esta representação oferece malefícios porque ela é realizada a partir do que o “eu” constrói do “outro”. E Said (1979 *apud* DOTY 2002) aborda essa construção do “eu” e do “outro” cirurgicamente ao argumentar que a questão do Orientalismo tem menos a ver com o Oriente do que de fato com o Ocidente. Com

isso ele quer dizer que a construção do Outro diz muito mais sobre o “eu” que faz essa constituição do que sobre quem de fato está sendo construído por meio dos discursos.

A presente seção teve por objetivo evidenciar a aplicabilidade da teoria pós-colonial ao caso das Filipinas, a fim de corroborar o argumento de que práticas coloniais violentas foram usadas em territórios do Sul Global para a promoção dos interesses e valores dos países colonizadores. Há, portanto, uma divisão no global, divisão traduzida por muitos autores/as como Norte e Sul Global. Os países do Norte Global são constantemente intitulados como países desenvolvidos, ao passo que os do Sul são entendidos como subdesenvolvidos. No entanto, muitas teorias críticas, como é o caso da pós-colonial, se posicionam contrárias a esse tipo de taxação como dada, uma vez que esta acaba sendo, no mínimo, reducionista e não gera a possibilidade de contestação do porquê o globo ser dividido como tal. Na próxima seção será trabalhada como foi estabelecida a criação hierárquica entre estas duas partes do globo, a partir do estudo de caso das Filipinas contando com a perspectiva disposta por Doty em *Imperial Encounters* (2002) e em *Foreign Policy as Social Construction: A Post-Positivist Analysis of U.S. Counterinsurgency Policy in the Philippines* (1993), reforçando o argumento de representação das Filipinas pelos EUA.

3.2

A CONTRIBUIÇÃO DE DOTY A PERSPECTIVA DAS FILIPINAS COMO PROJETO COLONIAL

Doty (2002) argumenta que as relações entre Norte-Sul se dão para além dos temas tradicionais amplamente aceitos e discutidos sobre a relação entre estes dois mundos, tais como: terrorismo internacional, comércio internacional de drogas, proliferação nuclear no Sul, imigração e movimento de refugiados do Sul para o Norte, etc. A autora argumenta que o campo onde ocorre as relações entre estas duas partes do globo é constituído pelas identidades destas entidades. Com isto, Doty afirma que parte considerável da relação se dá pelas características próprias de cada Estado que compõem estes blocos e apresenta um aspecto, que segundo a autora, está presente em todos os encontros entre o Norte e o Sul: *a(s) prática(s) de representação do Sul pelo Norte*. A autora deixa claro, como pode ser observado no trecho abaixo, a importância de pensar as relações Norte-Sul em termos de representação para a discussão de política internacional e de certa forma para o entendimento de sistema internacional:

“Pensar nas relações Norte-Sul em termos de representação *reorienta e complica a forma como entendemos este aspecto particular da política global*. As relações Norte-Sul tornam-se mais do que uma área de teoria e prática na qual várias políticas foram promulgadas e teorias formuladas; *elas se tornam um reino de política onde as próprias identidades dos povos, estados e regiões são construídas através de práticas de representação*. Pensar em termos de práticas representacionais chama nossa atenção para uma economia de oposições binárias abstratas que rotineiramente utilizamos e que enquadra nosso pensamento. Desenvolvido/ subdesenvolvido, "primeiro mundo"/"terceiro mundo", núcleo/periferia, metrópole/satélite, industrializado avançado/sem desenvolvimento, moderno/tradicional e estados/quase-estados reais são apenas alguns que nos vêm prontamente à mente.” (DOTY, 2002, p. 2)

Nesse sentido, as relações Norte-Sul constroem as identidades dos povos, estados e regiões por meio de uma política de representação. E a problematização disto, como já trazido neste capítulo quando se abordou os conceitos de Said na realidade filipina, é o da construção do “outro” com base na perspectiva do “eu”, que por vezes, não é leal à identidade originária deste caracterizado como “outro”. Este argumento pode ser aplicado ao estudo de caso das Filipinas, uma vez que um país do Norte (EUA) construiu uma identidade para um país do Sul (Filipinas) através de discursos para o internacional sobre as necessidades e caráter da população. O domínio e tutela por parte dos EUA das Filipinas foi amparado e justificado nessa premissa construída por eles mesmos, sendo, portanto, essa representação fruto dos interesses de uma identidade sobre a outra. A respeito disso, é possível considerar, portanto, que práticas coloniais foram utilizadas para além de instrumentos de exploração e expansão, estas foram utilizadas como instrumento de poder para a constituição do que temos como sistema e política internacional, fundamentadas em violência. O encontro entre EUA e Filipinas teve o poder como peça central para a construção de significados, identidades do sujeito, suas interrelações e uma gama de condutas imagináveis, que não teve fim nem mesmo depois da independência do país e ecoa até os dias de hoje.

Uma ferramenta chave para a construção deste espaço hierárquico, segundo Doty (1993), é o discurso de política externa. Isto ocorre em função da capacidade do discurso de construir separação do “eu” nacional e do “outro” estrangeiro, mas essa separação ocorre de forma hierárquica por parte dos países do Norte sobre o Sul. No caso das Filipinas foi construído um mundo hierárquico e isto pode ser observado, para além das práticas violentas, por meio de

uma análise de discursos da Espanha e principalmente dos EUA que acabaram por construir uma identidade do ser filipino. Sobre a importância de se analisar esses mecanismos a autora argumenta: “Ao ignorar os mecanismos textuais em ação no discurso e, assim, descontando qualquer papel que eles possam desempenhar na política externa, os estudiosos perdem a oportunidade de assumir uma postura mais crítica” (DOTY, 1993, p. 317).

3.2.1 O papel da contra-insurgência como ferramenta que reforça a linha de cor existente

Depois de quase cinco décadas de colonização norte-americana nas Filipinas, em 1946 os EUA renunciam à posse de sua conquista colonial datada desde que saíram vitoriosos do conflito com a Espanha em 1898. Este é um fato considerado marcante, pois foi a primeira vez na história que um país renunciou “voluntariamente” a tutela de um território estrangeiro que lhe conferia poder e influência (Karnow, 1989 *apud* Doty 1993). Ainda sob a diretriz do discurso utilizado como justificativa para a ‘colonização’ no território filipino, ao “concederem” a independência às Filipinas os Estados Unidos anunciavam que naquele momento o país detinha a capacidade de autogoverno democrático conquistando, assim, o direito à independência (MacArthur, 1946 *apud* Doty 1993). Esse posicionamento por parte de Washington foi bem visto na época, pois isto demonstrava o respeito do país à soberania de outros povos.

No entanto, esse discurso complacente dos Estados Unidos à primeira vista, não é compatível com as práticas realizadas no país por quase cinco décadas e nem viria a ser compatível com as práticas realizadas no território depois dessa emancipação. É diante dessa perspectiva contraditória - quando se analisa discurso e prática - que buscar-se-á elucidar a construção da relação Estados Unidos-Filipina em um período pós-colonial, explorando as características coloniais herdadas de um período de dominação de um povo sobre o outro.

O caso das Filipinas elucidada o argumento da existência da herança colonial na relação com as sociedades que foram colonizadas. Apesar do país ter “proclamado” sua independência em 1946, evento mencionado anteriormente, pouco tempo depois sofreu novamente uma intervenção por seus antigos colonizadores.

A respeito do que foi tratado brevemente na seção 2.4 do trabalho, temos a Rebelião Huk no início dos anos 50, considerada uma das primeiras e paradigmáticas instâncias de contra-insurgência dos EUA. A revolução ocorreu a partir de uma articulação das massas camponesas filipinas insatisfeitas com o contexto pós-colonial constituído por duas democracias em

disputa - a da tradição democrática das massas e a das instituições parlamentares formais da elite. A massa camponesa exigia uma reforma agrária e uma solução para os problemas do campo, mas sendo as instituições formais o aparelho de governo da elite, a aprovação das demandas populares era quase nula, o que ocasionou a Rebelião. Os EUA neste momento se viram diante de um dilema, executar uma intervenção aberta para fazer frente a um problema considerado doméstico - o que colocaria em questão a soberania e a independência recentemente adquirida das Filipinas - ou não intervir, mas por ventura “perder” as Filipinas para o comunismo, dada a força que o movimento de massa estava adquirindo, o que significaria um fracasso para os EUA. Assim, dentre os fracassos, o pior para Washington no contexto da Guerra Fria era perder influência para a URSS e, por isso, decidiram intervir. No momento em que os camponeses do centro de Luzon, uma das principais ilhas do arquipélago, se revoltaram, Edward Lansdale, chefe da CIA na Ásia, supervisionou a condução da guerra em todas esferas possíveis - militar e psicológica - para desarticular a rebelião. Os norte-americanos após terem aniquilado a rebelião e saído “vitoriosos”, mais uma vez passaram a interferir nos processos decisórios do país, escolhendo Ramon Magsaysay para concorrer à presidência, coordenando de perto sua eleição (Scalice, 2022).

A respeito disto é notório a interferência estadunidense por meio da prática de contra-insurgência. Esta prática é problematizada por muitos autores/as para além da violação da soberania recém conquistada pelas Filipinas. A problematização gira em torno de como o discurso da contra-insurgência dos EUA cria espaços para a naturalização de arranjos globais hierárquicos e de padrões de ser, agir e se relacionar. A contra-insurgência torna-se então, como considera Doty (2002), um micro-cosmo analítico exemplar para se analisar como o nexos de poder e conhecimento opera.

Assim, é possível observar mais uma das ferramentas utilizadas pelos países do Norte, neste caso específico os EUA, para reforçar o sistema construído por estes, uma vez que a contra-insurgência envolve o poder de definir qual é o dissenso legítimo de práxis que constituem o sistema. Esta ferramenta, que é utilizada para além de uma tática para gerenciar/eliminar conflitos armados, pode ser interpretada como um método de produção de identidades - quando define quem é o “inimigo” - e de fronteiras - no momento em que marginaliza e infantiliza os lugares em que ocorre estes conflitos com discursos que os incapacitam. Portanto, no momento em que se aponta quem é o “outro” que deve ser combatido, fica evidente qual é o modelo de ordem ou qual é o ideal a ser seguido.

A partir de uma lente racial, percebe-se que, em suma, o “outro” apontado pelo “eu” é racializado e que as ferramentas que promovem a hierarquia das relações estão intrinsecamente ligadas a este princípio racial, construindo, assim, não somente um mundo hierárquico a partir de regiões, mas também da racialidade dos seres que as compõem.

Como mencionado nas seções anteriores a academia tem um papel fundamental para a construção de saberes, saberes estes que são capazes de mudar a percepção, e talvez, até mesmo a constituição do sistema que temos hoje. Assim, a dificuldade das Relações Internacionais de agregarem as lentes teóricas pós-colonial e decolonial para análise da construção do sistema internacional reforça as relações pré-estabelecidas existentes entre Norte e Sul. Para o enfrentamento desta realidade sugere-se a construção de saberes de forma mais plural, que leve em consideração não só as vozes do “eu” que desde a constituição do sistema que temos hoje foi composto somente pelos países do Norte, para que a percepção de como fomos constituídos em relação aos “outros” e como este processo utilizou a raça como ferramenta de separação dos povos e grupos sociais através do mundo.

CONCLUSÃO

Como resultado dos três capítulos apresentados ao longo do texto temos a evidência do argumento disposto na Introdução deste trabalho, da existência de uma linha de cor que divide o globo. Essa linha de cor divide o mundo em pelo menos dois espaços, um primeiro desenvolvido e um segundo que se encontra em subdesenvolvimento. O que se buscou com o trabalho foi elucidar como se deu o estabelecimento deste sistema a partir de uma lente pós-colonial. Nesse momento, para além do embasamento na teoria pós-colonial, acreditamos que este estudo possa vir a ser complementado por estudos da Sociologia Política Internacional, que defende a necessidade de não perceber o sistema internacional como dado, mas de se olhar como as fronteiras foram construídas.

De fato, ao analisar a estrutura do trabalho: a teoria pós-colonial na primeira parte do trabalho, o contexto histórico das Filipinas na segunda, e por fim, o estudo de caso, que articula os dois elementos anteriores, percebe-se o padrão existente no estabelecimento das relações a partir de um processo de racialização dos habitantes das Filipinas que se estende para outras populações do Sul Global e mesmo para populações racializadas dentro dos Estados Unidos, o que nos permite concluir que a constituição do sistema internacional que temos hoje é fundamentada nestas relações de poder atravessadas por práticas coloniais que as

hierarquizam. Apesar do estudo de caso ter focado em um espaço-tempo específico, é possível replicar a análise em outros lugares do globo que estão à margem do sistema, como é o caso de territórios localizados na América Latina, África e Ásia, por exemplo, ou mesmo para as periferias e “zonas dos não-seres” no âmbito de Estados, como os Estados Unidos.

É possível notar por meio dos movimentos analíticos propostos por esse trabalho a constituição da hierarquização das relações, muitas vezes velada pelo discurso de um sistema anárquico presente nas teorias *mainstream* sobre o sistema internacional. O que permite entender a razão pela qual mesmo diante de um mundo globalizado na era moderna ainda se encontra tanta desigualdade em regiões historicamente dominadas por impérios coloniais. A questão que se evoca, portanto, é sobre a continuidade destas práticas coloniais, mesmo em outros tempos, onde o colonialismo formal é proscrito.

Por fim, um ponto de atenção apresentado no capítulo três é sobre os ganhos, por muitas vezes, não contabilizados nos estudos acerca da colonização dos EUA nas Filipinas, o da inteligência. É importante salientar que o desenvolvimento sem precedentes da inteligência dos Estados Unidos contou com a experiência obtida a partir das práticas realizadas no território filipino, que serviu como um laboratório para os Estados Unidos. Vemos assim que o conhecimento não parte exclusivamente do Norte para o Sul, como propagado nos discursos coloniais que justificaram as intervenções nas Filipinas, já que as lições aprendidas pelos Estados Unidos nas Filipinas foram aproveitadas depois em seu território e em outras partes do globo. Os países do Sul, portanto, também são lugares de produção de conhecimento, apesar de muitos destes conhecimentos terem sido e continuarem a serem apagados e apropriados pelos países do Norte. Nesse sentido, portanto, assim como considera Doty: “(...) o ‘terceiro mundo’ também serviu como um local para a auto-elaboração do “primeiro mundo” e os índices de prática representativa que construíram um construíram simultaneamente o outro (DOTY, 2002, p.3).

Em vista disso, reforça-se a importância de localizar a constituição das relações e do próprio sistema onde estas se dão, nas práticas concretas e nas relações de poder, e não na abstração da anarquia internacional, pois só a partir de um entendimento claro sobre os elementos constitutivos do internacional seremos capazes de alcançar uma solução plural para os problemas vigentes no sistema a despeito do fim do colonialismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALDOZ, Rick. **Os vetores raciais do império: classificação e narrativas mestres competentes nas Filipinas coloniais.** State of the art, 2008.

BIANCO, Matheus Ibelli. **Às sombras historiográficas das Relações Internacionais: Império, raça e o projeto colonial dos EUA sobre as Filipinas (1898-1906).** Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, 2022.

DO NASCIMENTO, Ana Carolina Santos. **W. E. B. Du Bois: Uma Leitura.** Dissertação de Mestrado PUC-RIO. Rio de Janeiro, 2019.

DU BOIS, W. E. B.; GATES JR, H. L. **The Souls of Black Folks.** Oxford University Press on Demand, 2007.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra.** Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FERNANDÉZ, Marta. Aimé Césaire: As exclusões e violências da modernidade colonial denunciadas em versos. *In:* TOLEDO, Aureo. **Perspectivas Pós-Coloniais e Decoloniais em Relações Internacionais.** EDUFBA: Salvador, 2021. p.35-56.

FERNANDÉZ, Marta. **As Relações Internacionais e seus epistemicídios.** Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v.8 n.15, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/11552> Acesso em: 09/11/2022.

GROSGOUEL, Ramon. **What is racism?** Journal of World-Systems Research, 2016. Disponível em: <https://jwsr.pitt.edu/ojs/jwsr/article/view/609/743> Acesso em: 29/11/2022.

HERRERA, Dana R. **The Philippines an overview of the colonial era.** Education about Asia, 2015.

LIMA, Marcos. O humanismo crítico de Edward W. Said. *In:* TOLEDO, Aureo. **Perspectivas Pós-Coloniais e Decoloniais em Relações Internacionais.** EDUFBA: Salvador, 2021. p.83-102.

LOGUERCIO, Edgardo Alfredo. A Guerra Hispano-Americana. USP, 2007. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-11102012-100307/publico/cap_6.pdf Acesso em: 09/11/2022.

RIBEIRO, Fábio. **Orientalismo**. GGN, 2013. Disponível em: <https://jornalggm.com.br/asia-oriente/orientalismo-resenha-do-livro-de-edward-w-said/> Acesso em: 29/11/2022.

ROCHA, Carlos Guilherme. **Expansão da fé e justiça: o corpo eclesiástico e o governo das Ilhas Filipinas, 1565-1610**. Dissertação de Mestrado em História - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2018.

DOTY, Roxanne Lynn. **Foreign Policy as Social Construction: A Post-Positivist Analysis of U.S. Counterinsurgency Policy in the Philippines**. International Studies Quarterly, 1993.

DOTY, Roxanne Lynn. **Imperial Encounters: The Politics of Representation in North-South Relations**. Borderlines, 2002.

SAID, EDWARD W. **Orientalismo: O Oriente como invenção do ocidente**. Companhia das Letras, 1990.

SAJED, Alina. **Teoria das Relações Internacionais: Pós Colonialismo**. In: DEVETAK, Richard e TRUE, Jacqui. The Theories International Relations. 6º Ed. 2021.

SELIS, Lara e SOUZA, Natália. Resistência política e (im)possibilidades da liberdade entre Frantz Fanon e Ashis Nandy. In: TOLEDO, Aureo. **Perspectivas Pós-Coloniais e Decoloniais em Relações Internacionais**. EDUFBA: Salvador, 2021. p.57-82.

SCALICE, Joseph. **A eleição de Marcos nas Filipinas e o canto de morte da democracia**. WSWS, 2022. Disponível em: <https://www.wsws.org/pt/articles/2022/05/25/pers-m25.html> Acesso em: 09/11/2022.

SIMÕES, Tales. **Os legados da Conferência de Bandung e o regionalismo na Ásia do Leste**. XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. São Paulo, 2021.